Requer o provimento do Recurso. Recurso tempestivo (ID 29085467). Contrarrazões (ID 31670451). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Decisão em conformidade com o STJ (Súmula 83 do STJ) A Súmula 83 do STJ preconiza que "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". In casu, o Recorrente sustenta que a pretensão à cobrança da diferença resultante da conversão da moeda em URV está prescrita, pois a ação judicial foi ajuizada após 05 (cinco) anos da edição das leis de reestruturação das carreiras dos servidores. No acórdão impugnado ficou consignado que: "1. Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação. Inteligência do Enunciado Sumular nº 85 do Superior Tribunal de Justiça". (ID 12647466) Observa-se que o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal está em consonância com a jurisprudência pacífica do STJ no sentido de que não se opera a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, conforme se extrai da ementa do julgado abaixo: "PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE 11,98%. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. APLICAÇÃO DA LEI 8.880/94. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 85/STJ. HONORÁRIOS. INVERSÃO AUTOMÁTICA DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. 1. Consoante jurisprudência firmada no Superior Tribunal de Justiça, nas hipóteses de pedido de diferenças salariais originadas da conversão de cruzeiros reais para URV, não se opera a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, por incidência do disposto na Súmula 85/STJ. 2. No caso emprega-se o prazo prescricional previsto no Decreto 20.910/1932. No entanto, por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, só estarão prescritas as prestações vencidas antes dos cinco anos anteriores à propositura da ação. Nesse sentido direciona-se a Súmula 85 do STJ. Portanto, não se aplica a prescrição do fundo de direito nas alterações salariais oriundas da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor -URV. 3. O Superior Tribunal de Justiça entende que o provimento de recurso interposto tem o condão de inverter de modo automático os honorários anteriormente fixados. 4. Agravo Interno não provido." (AgInt no REsp 1576470/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 20/06/2017). Desse modo, deve ser aplicado o referido verbete sumular quanto à suposta afronta ao artigo 1º do Decreto n. 20.910/32 e artigo 189 do CC, visto que o entendimento exposto no acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a orientação sedimentada no STJ. Por fim, consigne-se que, embora a Súmula 83 do STJ tenha sido formulada quando a alegação for fundada no permissivo da alínea "c" do artigo 105, III, da CF, esta é plenamente aplicável na hipótese da alínea "a". A propósito: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. MORTE DE CRIANÇA POR ELETROCUSSÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. INCIDÊNCIA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NÃO INTERPOSIÇÃO. SÚMULA Nº 126/STJ. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. SÚMULA Nº 83/STJ. APLICABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.(...) 6. É pacífico o entendimento desta Corte Superior de que a Súmula nº 83/STJ se aplica a ambas as alíneas (a e c) do permissivo constitucional. Precedentes.(...) 8. Agravo interno não provido". (AgInt no AREsp 924.819/CE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018). (g.n.) Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 03 de fevereiro de 2020. Des. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. x

Secretaria Auxiliar da Vice-Presidentência**Intimação do Vice-Presidente**

Protocolo Número/Ano: 3935 / 2020

RAI AO STJ Nº 3935/2020 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 140127/2017 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE AGRAVANTE(S) - MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE (Advs: Dr(a). ANDRESSA SANTANA DA SILVA - PROCURADORA DO MUNICÍPIO - OAB 21788/MT, Dr(a). GIOVANI RODRIGUES COLADELLO - OAB 12684-B/MT), AGRAVADO(S) - MARUZA ALVES DE CAMPOS (Advs: Dr(a). HERMES FELICIANO DE DEUS NERY - OAB 13849/MT).

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal.

Coordenadoria de Magistrados**Portaria Presidência**

PORTARIA Nº 2/2020-PRES

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Egrégio Órgão Especial na sessão Extraordinária Administrativa, realizada em 12/12/2019, nos autos da Proposição nº 5/2019 (CIA 0038420-33.2019), que trata da prorrogação do prazo para o funcionamento da Câmara Temporária de Direito Público e Coletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o prazo de funcionamento da Câmara Temporária de Direito Público e Coletivo, por mais 06 (seis) meses, bem como a convocação dos Excelentíssimos Senhores Doutores GILBERTO LOPES BUSSIKI, EDSON DIAS REIS e MÁRCIO APARECIDO GUEDES, Juizes de Direito deste Estado, com efeitos a 17/12/2019.

§ 1º O magistrado GILBERTO LOPES BUSSIKI atuará como relator nato dos processos que compõe seu acervo atual e remanescente oriundo do Desembargador José Zuquim Nogueira na 2ª Câmara de Direito Público e Coletivo, Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo e Seção de Direito Público, bem como nos processos que compõe o acervo da Desembargadora Maria Erotides Kneip da 1ª Câmara de Direito Público e Coletivo, Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo e Seção de Direito Público, que se encontram conclusos no gabinete, nesta oportunidade, a mais de 100 (cem) dias.

§ 2º O magistrado EDSON DIAS REIS atuará como relator nato dos processos que compõe seu acervo atual e remanescente advindo da Desembargadora Antônia Siqueira Gonçalves na 2ª Câmara de Direito Público e Coletivo, Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo e Seção de Direito Público, bem como nos processos que compõe o acervo do Desembargador Márcio Vidal da 1ª Câmara de Direito Público e Coletivo, Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo e Seção de Direito Público, que se encontram conclusos no Gabinete, nesta oportunidade, a mais de 100 (cem) dias.

§ 3º O magistrado MÁRCIO APARECIDO GUEDES continuará atuando como relator nato dos processos que atualmente compõe seu acervo, advindo do Desembargador Luiz Carlos da Costa na 1ª Câmara de Direito Público e Coletivo, Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo e Seção de Direito Público, bem como da Desembargadora Helena Maria Bezerra Ramos, nos termos da Portaria 869/2019-PRES.

Art. 2º As sessões da Câmara Temporária de Direito Público e Coletivo ocorrerão todas as quartas-feiras, às 8h30min, podendo a presidente ampliar e/ou implementar ações para potencializar o volume de feitos julgados, em conformidade com a Resolução TJ-MT/OE nº 16/2019, DE 12/12/2019.

Cuiabá, 31 de janeiro de 2020

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.**Atos do Presidente**

PORTARIA N. 101, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em conformidade com a decisão proferida no expediente CIA nº 0003374-80.2019.8.11.0000,

RESOLVE, ad referendum do Conselho da Magistratura:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional, o Exmo. Sr. Dr. WLADYMIR PERRI, Juiz de Direito Titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de